ATA N.º 4/2016

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

PONTO UM: Período para intervenção do público----------

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia----------

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente----------

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia----------

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia----------

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. ----------

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº2 da Sessão Extraordinária de 25de abril de 2016. ----------

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº3 da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2016. ----------

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita. ----------

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança. ----------

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 1º Trimestre de 2016 – Informação à Assembleia Municipal. ----------

-------- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata----

-------- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite a todos os presentes e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Manuel Luís Salvador Pires; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Luís Miguel Generoso Baltazar; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Pedro Miguel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João Pedro Martins Leitão.--------- Verificou-se a ausência do membro: Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Luís Miguel Generoso Baltazar; João Miguel Cordeiro Geadas Letras, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento nº 2**) e foi substituído pela senhora Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho; Ricardo Jorge Brinquete Lapão, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº3**) e foi substituído pelo senhor Manuel Luís Salvador Pires. João António Ameixa Morgado, que justificou a sua falta (cuja justificação de arquiva em pasta anexa como o **documento nº4)** e foi substituído pelo senhor João Pedro Martins **Leitão.** ----------

--------- Seguidamente **tomou posse** o membro **Manuel Luís Salvador Pires**, que foi substituir o membro Ricardo Jorge Brinquete Lapão. ----------

PONTO UM:Período para intervenção do público----------

-------- **A senhora Hélia Pancadista** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) estou aqui hoje, para expor novamente um assunto que já foi debatido em assembleia, e sobre o qual já foi feito um abaixo assinado, (...) mas a situação continua na mesma. (...) O pó dos camiões estacionados junto à N4, continua igual, (...) e está a chegar mais um verão, sem a situação estar resolvida (...)".---

-------- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse estar a afluência de camiões ao parque diretamente relacionada com o estado da economia. ----------

------- Sobre o pedido de ajuda apresentado disse existir a possibilidade do referido parque ser alcatroado, para que o pó diminuísse. Mas, não poder fazer promessas, por estar o executivo em conversações com os proprietários dos terrenos, que não pertenciam à autarquia, e ainda não ter obtido resposta ao pedido de autorização apresentado ao Ministério do Ambiente, para que fosse colocado o

alcatrão. ----------

Concluiu ser de momento, na sua opinião, esta a melhor solução, mas que futuramente poderia vir a surgir uma outra resposta mais adequada. ----------

PONTO DOIS: Periodo Antes da Ordem do Dia----------

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente----------

------- **O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: ----------

- **E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP** – Acusar a receção das três tomadas de posição entregues pelos eleitos do PS na Sessão da A.M. de 29/04/2016. ----------

- **E-mail da Assembleia Municipal de Anadia** com uma Moção de Repúdio "ás disposições constantes no Despacho Normativo nº. 1-H/2016, no tocante à liberdade de matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação".

- **Carta – Maria Umbelina Bizarro-** denunciando alguns factos menos corretos, em seu entender, relativamente à abertura dos concursos de pessoal. ----------

- **E-mail do Grupo Parlamentar de "Os Verdes"** – Acusar a receção das três tomadas de posição entregues pelos eleitos do PS na Sessão da A.M. de 29/04/2016. ----------

- **Oficio da C.M. de Borba -** resposta a ofício da A.M. pedido de documentação. ----------
  - Correspondência recebida e expedida dos concessionários das lojas do mercado municipal desde janeiro de 2002 a setembro de 2013; ----------
  - Cópia dos contratos dos concessionários das lojas do Mercado Municipal; ----------
  - Cópia dos regulamentos que vigoraram entre janeiro de 2002 e junho de 2013; ----------

- **Oficio da C.M. de Borba -** resposta a ofício da A.M. pedido de documentação. ----------
  - Abertura dos concursos de pessoal; ----------

- **Ofícios *do Partido Socialista* -** a solicitar a seguinte documentação: ----------
  - *Autorização para consulta dos documentos relativos às medidas de autoproteção do Centro Escolar e Escola EB 2,3 Padre Bento Pereira;* ----------
  - *Cópia de todo o processo relativo à aquisição de britas para o ano de 2016;* ----------

- *Plano de Pormenor de Santiago Rio de Moinhos em suporte digital (PDF);* ----------
- *Cópia do texto lido pelo presidente da A.M. na sessão ordinária da A.M.de 29 de abril de 2016;* ----------

➢ **Ofícios da Câmara Municipal –** envio da seguinte documentação e *informação.* ----------

- *Cópia do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Borba e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba, aprovado em reunião de Câmara de 16 de março de 2016;* ----------
- *Cópia do protocolo existente entre a C.M. e a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos sobre a Praça de Toros, bem como Contrato de Promessa e doação;* ----------
- *Cópia do Edital relativo à venda de madeira de eucaliptos;* ----------
- *Informação sobre o Protocolo entre a C.M. e as Cáritas Diocesana – (...) não existe;*
- *Cópia da listagem das horas extraordinárias dos trabalhadores, com relação nominal pagas durante o ano de 2015;* ----------
- *Informação relativa ao "Pedido de consulta dos documentos relativos às medidas de autoproteção do Centro Escolar de Borba e da Escola Básica 2,3;* ----------
- *Cópia de todo o processo relativo à aquisição de britas para o ano de 2016;* ----------
- *Parecer do Conselho Municipal de Segurança, referente ao Regulamento Provisório do CMS;* ----------

➢ ***Ofício do POSEUR –*** *relativamente ao envio da tomada de posição – Empreitada Av. D. Dinis de Melo e Castro, entregue pelos eleitos do PS na sessão de 29-04-2016, com a seguinte informação: (...)* ***em relação ao Poseur nada há a referir uma vez que não foi apresentada qualquer candidatura relativa à empreitada em referência.*** ----------

➢ ***Ofício do IGF – Inspeção Geral das Finanças –*** informação que a Tomada de posição apresentada pelos eleitos do PS em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Borba, relativa à Empreitada na A. Dinis de Melo e Castro, foi encaminhada para o Presidente da Câmara Municipal de Borba para a competente apreciação e resposta. ----------

---------- *Relativamente ao* ***Expediente Expedido*** ----------

➢ **Ofícios para os diversos organismos,** com as tomadas de posição e declaração de voto, entregues pelos eleitos do PS na Sessão ordinária da A.M. de 29-04-2016. ----------

- **Ofício ao Partido Socialista (PS)** – envio da documentação recebida da C.M. referida no expediente recebido. ----------

- **Ofício Presidente C.M –** solicitar a documentação pedida nos ofícios enviados pelo PS (Partido Socialista) – seção de Borba, referida no expediente recebido. ----------

-------- Informou, que como usualmente o Expediente encontra-se disponível para consulta. ----------
-------- **Seguidamente o presidente da Assembleia Municipal,** ainda no âmbito da leitura do expediente, fez referência e leu uma carta, que lhe tinha sido dirigida pelos eleitos do PS – Partido Socialista – Seção de Borba, datada de dois de junho de dois mil e dezasseis, que seguidamente se transcreve. "Vimos solicitar através de V.Exa., o fornecimento do documento que leu a propósito do facto dos eleitos do PS o terem questionado e criticado pelo atraso no fornecimento dos documentos que vimos solicitando á cerca de mais um ano, no prazo de dez dias. ----------
-------- Pretendemos saber o conteúdo do texto para tomar a nossa posição caso o mesmo seja ofensivo como nos pareceu pela sua leitura". ----------
------- Explicou que a mesa da Assembleia Municipal tinha recebido uma carta que lhe era dirigida, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e que, como tal, pretendia responder á referida carta. -
------- **Os membros da Assembleia Municipal**, insistiram no facto de não ser possível neste ponto, leitura do expediente, existir outro tipo de intervenção que não fosse a respeitante à leitura do expediente. ----------
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** voltou a insistir no facto de pretender responder no imediato à referida carta, e colocou à consideração do plenário a hipótese de aprovarem a possibilidade de responder no imediato à referida carta.----------
-------- **Os membros da Assembleia Municipal** não se expressaram relativamente ao solicitado pelo presidente da Assembleia Municipal. ----------
-------- **O membro Ângelo Sá** tomou a palavra, e disse "(...) o senhor já respondeu (...)". ----------
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** insistiu mais uma vez, no facto de ainda não ter respondido à carta, e de não perceber a razão de não lhe permitirem responder no imediato à mesma.
-------- **O membro Augusto Guégués** interveio e disse que o senhor presidente da Assembleia Municipal teria a possibilidade de responder àquela carta "(...) na altura própria (...)". ----------
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao membro Augusto Guégués questionou qual seria a "(...) altura própria (...)". ----------
-------- **O membro Augusto Guégués** respondeu "(...) quando a gente lhe levantar um processo (...)".
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** manifestou a sua surpresa com a resposta do membro Augusto Guégués e questionou "(...) aí, o senhor vai-me levantar um processo? A mim?!", ----------
-------- **O membro Ângelo Sá** dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal justificou "(...) o

senhor não tem de responder agora (...)". ----------
------ **O presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se aos membros Ângelo Sá e Augusto Guégués afirmou "(...) vocês não me deixam responder! (...). Acham que eu não devo responder (...)".
-------- Continuou "(...). Está encerrada a leitura do expediente (...)". ----------
--------- Acrescentou "(...). Boicotaram a resposta. O povo que está lá atrás, tinha todo o interesse em saber a minha resposta (...)". ----------
------- **Os membros da Assembleia** (impercetível) continuaram a manifestar a sua discordância para com as palavras do presidente da Assembleia Municipal. ----------
---------- **O presidente da Assembleia Municipal** interveio e reiterou "(...) eu não me sinto em condições de apreciar esta situação. Portanto, devolvo a minha incapacidade à decisão do plenário." -
--------- **O membro Paulo Ferreira** interveio e dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia disse "eu acho que a questão, é que (...) o senhor pode responder a esta carta, mas só no ponto a seguir, **outros assuntos de interesse para a autarquia**, não neste ponto de leitura do expediente". ----------
------- **O presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o esclarecimento prestado pelo membro Paulo Ferreira e acrescentou que no ponto seguinte seria o primeiro a falar. ----------

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia----------

------ **O presidente da Assembleia Municipal** retomou a ordem de trabalhos e disse "outros assuntos de interesse para a autarquia". ----------
Ouve-se burburinho na sala. ----------
------- **O presidente da Assembleia Municipal** seguindo a opinião do membro Paulo Ferreira, questiona "(...) já posso falar, agora? (...)" ----------
-------- O burburinho na sala continua, embora seja impercetível o que é dito. ----------
------- O burburinho na sala continua. ----------
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** volta a intervir e dirigindo-se ao primeiro secretário da mesa diz "(...) então inscreve-me aí se faz favor", e acrescenta "(...) mais um incidente criado".--------
-------- O burburinho na sala continua.----------
------- **O membro Ângelo Sá** dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal "(...) o senhor, é o normal."----------
-------- **O presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao membro Ângelo Sá diz "(...) A gente já vai falar sobre isso."----------
------ Seguidamente, retomou os trabalhos, e deu a palavra ao presidente da Câmara Municipal.--------
------- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse ter recebido o Presidente da Câmara Municipal de Borba, os vereadores e o Tribunal Administrativo de Beja, um *email* enviado pelo senhor José Pereira, a denunciar uma construção ilegal, que estava a ser feita junto

ás casas da Ecopista, nas quais residem pessoas de etnia cigana. ----------

------ No seguimento acrescentou estarem a ser tomadas as devidas previdências relativamente ao assunto exposto na carta. ----------

------Continuou "(...) Como os senhores sabem a comunidade cigana em Borba, no ano dois mil e dez era composta por cerca de noventa e duas pessoas, que neste momento são cerca de cento e cinquenta pessoas. Assim, perante esse aumento exponencial, houve pessoas dessa comunidade, que me solicitaram a construção de mais alojamentos. Tendo a minha resposta sido que não era possível, construir-se mais nenhuma habitação naquela zona, porque o Tribunal Administrativo de Beja tinha considerado essas construções como sendo um alojamento temporário, cujo prazo de validade, segundo esse mesmo Tribunal, já tinha sido ultrapassado (...)". ----------

------- O presidente da Câmara foi abrutamente interrompido pelo membro Augusto Guégués que alegou estar a presente intervenção a ultrapassar o tempo (cinco minutos) atempadamente estipulado pelo presidente da Assembleia Municipal para cada intervenção a efetuar pelos membros da Assembleia Municipal.----------

------- **O presidente da Assembleia Municipal** justificou-se ao referir, ter dito mais de uma vez ao senhor presidente da Câmara para terminar a sua intervenção, por já ter ultrapassado o período de tempo destinado à mesma.----------

------- **O membro Augusto Guégués** continuou a manifestar a sua insatisfação, de modo exacerbado.

------- **O presidente da Assembleia Municipal** apelou ao bom senso do membro Augusto Guégués e disse "(...) O senhor quer ser civilizado? (...). Mas que é isto?! (...). Esta é a casa da democracia e não há o mínimo de civismo! (...)." ----------

-------- **O membro Augusto Guégués** continuou a manifestar a sua insatisfação, no tom exacerbado antes referido. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** voltou a apelar ao bom senso do membro Augusto Guégués. ----------

-------- A troca de palavras protagonizada pelo membro Augusto Guégués e o presidente da Assembleia Municipal foi interrompida por um cidadão que se encontrava entre o público presente na sala, e ao qual não foi solicitado que se identificasse.----------

O cidadão anónimo disse "(...) é uma falta de vergonha, desrespeitar aqui o membro de uma instituição (...)".----------

-------- **O público** bate palmas.----------

------- **O cidadão anónimo** continua "(...) é uma falta de educação, de civismo e de respeito pela autoridade (...)". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** pede calma, e solicita ao presidente da Câmara Municipal que termine a sua intervenção.----------

-------- **O presidente da Câmara** retomou a palavra e disse, ter a situação das pessoas de etnia cigana

que residem em Borba de ser resolvida, pois "(...) pagando as obrigações (...)" e "(...) cumprindo as regras e a lei (...)" todas as pessoas têm direitos. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** solicitou por duas vezes ao membro Augusto Guégués para tomar a palavra, e dar assim continuidade à ordem de inscrição. ----------

-------- **O membro Augusto Guégués** "(...) está bom! Está bem, está bem (...)".----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o membro Augusto Guégués e disse, o senhor presidente da Câmara está ausente da sala, "(...) mas está presente o substituto (...)."----------

-------- Ouve-se burburinho na sala.----------

-------- **O presidente da Câmara** "(...) eu estou a ouvir (...)".----------

-------- **O membro Augusto Guégués** (...) este órgão é a Assembleia Municipal (...)".----------

-------- Ouve-se burburinho na sala.----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** voltou a apelar ao civismo, e interpelou o membro Augusto Guégués a intervir, pois de acordo com a inscrição previamente efetuada estava na sua vez de tomar a palavra.----------

-------- **O membro Augusto Guégués** disse que a sua intervenção vinha no seguimento da intervenção feita pela munícipe Hélia Pancadista e passou a expor "(...) há cerca de um ano e tal, o senhor presidente comprometeu-se em arranjar outro local para o estacionamento dos camiões, (...) mas depois da forma habitual, a que já nos habituou (...) embrulha as coisas (...) desculpa-se antecipadamente (...) ao que é da sua inteira responsabilidade (...)". ----------

-------- Salientou "(...) nós já estamos fartos destas jogadas de antecipação, para depois não ser apontado. Em relação á história dos ciganos (...), alguém percebeu alguma coisa? Qual é a saída? Qual é a resolução para o problema, alguém percebeu? (...). Não se pode estar a resolver uma coisa que era precária, em uma construção definitiva. (...) aquilo tem que ser demolido, não pode ser permitido aquela construção." Acrescentou "(...) a grande habilidade do senhor presidente é embrulhar problemas, se não vejam os problemas de Borba, como estão todos embrulhados (...)". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) somos pessoas adultas, somos pessoas que vimos a uma assembleia, para discutir e resolver os problemas sérios de Borba, não para arranjar enleios (...)". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** teceu um comentário à carta que lhe tinha sido dirigida pelos eleitos do PS – Seção de Borba, que seguidamente se transcreve: ----------

- " *Sem sombra de acrimónia gostaria de comentar brevemente uma solicitação efetuada pelos eleitos do PS ao Presidente da Assembleia Municipal de Borba, datada de 02 de junho p.p. no sentido de ser fornecido documento proferido por mim na Sessão da Assembleia Ordinária de 2016/04/29.*----------

- *Considero esta solicitação, com o devido respeito, um ato de manifesta inutilidade, uma vez que o texto faz parte integrante da ata a ser apresentada e votada hoje nesta mesma Assembleia (Vitépgs 19-20).* ----------

Todavia, considero, salvo melhor opinião, apenas um texto de autodefesa escorreito, que pretendi ser educado e elegante no âmbito de um ataque desprovido de civilidade que me foi pessoalmente dirigido, uma vez que não faz parte do meu habitual comportamento ofender quem quer que seja, muito menos em contexto político. ----------

- A referida solicitação termina subliminarmente com uma meta-comunicação que poderá ser encarada como estultícia ou mesmo de patética intimidação latente. Assim considerando, a intimidação não serve, pelo menos para mim, como motivo suficiente para me amedrontar, muito menos se não tiver por base qualquer fundamentação racional. ----------

- O difícil para mim, é perceber o alcance ou o objetivo deste tipo de atitude e assim terei que catalogá-la, à falta de melhor, de pura ignorância ou eivado de má-fé. Em qualquer dos casos terá da minha parte aquilo que a filosofia contemporânea muito se tem esforçado em chamar e aconselhar que seja tomada, perante este tipo de posições, "uma atitude de desdém civilizado". ----------

- Tenho sido desde o inicio da minha tomada de posse como presidente desta Assembleia, o alvo preferencial de um grupo municipal, por razões que desconheço completamente, mas que muito me estimula, e mais ainda, muito me honra a preferência".----------

-------- **O membro Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes e dirigindo-se ao sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse "(...), estes minutos desta Assembleia têm sido lamentáveis, e a culpa senhor presidente é sua, não é de mais ninguém (...). ----------

-------- **O membro Paulo Ferreira** colocou as seguintes questões ao senhor presidente da câmara: ----

- Primeira questão "(...) já existe alguma resposta sobre a consulta que foi feita ao senhor arquiteto, relativamente à Escola Padre Bento Pereira ". Segunda questão diz respeito à empresa H. Sarah Trading, com a qual foi feito um protocolo, para aquisição de roupas e brinquedos para pessoas carenciadas. Segundo informação recebida, através do site dessa empresa, a mesma comercializa e recicla os bens adquiridos (roupa, brinquedos (...). "(...) gostaria de saber se a câmara se sente ludibriada perante esta situação, uma vez que eles estão a fazer negócio, com algo que as pessoas dão de boa vontade. Não questiono obviamente as intenções da câmara quando terá feito esse contrato, gostaria apenas que houvesse uma maior atenção, agora, porque efetivamente se as pessoas estão a ser enganadas com um objetivo de caridade, devia-se corrigir dentro do possível". ----------

- Terceira questão tem a ver com os Bombeiros Voluntários de Borba., "(...) continuamos sem nenhum apoio, entretanto sei que já estão na posse de protocolos existentes a nível distrital". Continuou "(...) estamos a começar a atravessar um período de alguma dificuldade de manutenção, por falta de pagamentos, nomeadamente dos hospitais, desde que este governo entrou, os hospitais têm se atrasado nos pagamentos. Gostaria de saber se existe alguma possibilidade de a câmara atribuir algum subsidio à corporação de Bombeiros de Borba". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Paulo Ferreira "(...) o Plano das Medidas de Autoproteção foi entregue no CODUS, aguardo uma resposta sobre o assunto. Vou ter

uma reunião com a Direção Regional da Educação, para saber se é possível fazer a dita proteção(resguardo) que as crianças precisam". No que respeita à empresa H.SarahTrading, o protocolo de colaboração que foi assinado, entre a câmara e a dita empresa, além de outras considerações contempla o seguinte": ----------

- Garantir o fornecimento continuado de roupa, calçado e brinquedos usados ao Município de Borba, bem como às IPSS´s/ Associações que atuam dentro do concelho, em função do stock disponível da H.SarahTrading Lda. ----------

Efetuar um donativo, semestralmente, na proporção de 50€/Ton (cinquenta euros por tonelada) recolhida no município de Borba ou a instituições indicadas por este. ----------

-------- **O membro Paulo Ferreira** interrompeu (...) e disse "(...), em dois mil e treze autarcas algarvios apresentaram uma queixa crime contra esta empresa". ----------

-------- **O presidente Câmara Municipal** continuando (...) disse "relativamente á questão dos Bombeiros, a câmara apoia os bombeiros naquilo que é presentemente possível". ----------

-------- **O membro Joaquim Trincheiras** disse "(...) das consultas que diariamente faço na internet, no dia vinte e dois de junho deparei-me com (...) a notícia oficial de que o senhor vereador Joaquim Serra, no final do mês, vai entregar os pelouros que tem, como vereador a meio tempo. Senhor presidente, incomoda-me como borbense o que retive dessa notícia: "(...) as coisas não funcionaram, não há condições; foram muitos atropelos e muita usurpação de poder, por exemplo, ingerências dos pelouros e das delegações de competência (...). Senhor presidente, a minha pergunta é: se isto é assim?, ou mais grave do que aquilo que nós conseguimos ler?". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) após uma conversa que tivemos, eu e o senhor vereador Joaquim Serra, no dia três de junho de dois mil e dezasseis, entendemos que as coisas não estavam a funcionar bem. Em termos de funcionalismo, nunca passei por ele, no entanto, nalgumas coisas em termos de intervenção imediata, poderei ter passado. (...) sou uma pessoa adulta e tenho consideração por todas as pessoas que trabalham comigo. Entendo perfeitamente que aquelas pessoas que têm uma forma de postura mais acentuada em termos políticos, terão noções diferentes das minhas. (...), cada um terá a atitude que tem. Quando falo com todos os vereadores do executivo, o que digo é que estamos cá por Borba. Admito que muitas das minhas atitudes diárias não serão entendidas por todas as pessoas. Em nenhuma atitude tomada em termos pessoais passei por ninguém, poderei ter passado em termos de funcionamento". ----------

- Referiu que sempre tinha respeitado as ideias de cada um, dando como exemplo quando o senhor vereador Joaquim Serra votou contra o pagamento da taxa do IMI. ----------

-------- **O membro António Prates** desejou boa noite a todos, e de seguida, recordando que em reunião tida pelo MuB e o atual presidente da Câmara em treze de setembro de dois mil e treze, com os taxistas do concelho de Borba, havia sido prometido aos últimos uma nova praça de táxis, perguntou ao senhor presidente "(...) qual era o ponto de situação relativamente ao local que os taxistas deveriam ocupar.

(...)". Continuou "(...) até à data, continuam numa praça que segundo eles é ilegal". ----------
-------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...) foram apontadas duas ou três situações possíveis, para a mudança da praça de táxis. Sendo a situação mais aceitável junto ao Posto da GNR (...)". Acrescentou "(...) se tudo correr bem, dentro de pouco tempo a situação será resolvida". ---------
------- Continuou "(...) todo o estacionamento em Borba, tem de ser legalizado e elaborado de uma forma justa (...)". ----------
------ **O membro Pedro Grego** desejou boa noite a todos, apresentou e leu uma Moção (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 4**) e seguidamente se transcreve: ----------
- " Moção ----------
- A Escola Pública Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português. ----------
- A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. ----------
- No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.
– A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional. ----------
- A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país. ----------
- Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas. ----------
- Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública. -------
- O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP. ----------
- A Assembleia Municipal de Borba, reunida em 24 de junho de 2016 delibera: ----------
- 1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos

de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública. ----------

2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais. ----------

3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso Concelho. ----------

- Enviar para: ----------
- Assembleia da República; ----------
- Grupos Parlamentares; ----------
- Primeiro-ministro; ----------
- Ministro da Educação; ----------
- DREA; ----------

Os eleitos do CDU na Assembleia Municipal de Borba. ----------

------- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes, e dirigindo-se ao senhor presidente da Mesa da Assembleia disse "(...) acho que o senhor presidente deve meter ordem dentro desta casa (...)". Continuando, acrescentou "(...) é importante que as intervenções sejam sequenciais, pois facilita o trabalho de quem faz as atas (...)". ----------

------- Seguidamente referindo-se à intervenção sobre as pessoas de etnia cigana disse "(...) os eleitos do partido socialista em uma assembleia anterior, questionaram sobre o recenseamento das pessoas de etnia cigana. Nascem muitos, (...) mas de certeza que não passou em termos de recenseamento de noventa para cento e cinquenta. (...) é preciso haver muita atenção relativamente aquilo que ali está, porque as casas não são propriedade da Câmara. Houve na altura um acordo tripartido, entre a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social. (...) Existe um protocolo dentro desta casa em que estas três entidades tinham obrigação de fazer vistorias ás casas, de darem eventualmente formação ás pessoas (...), isto está escrito senhor presidente (...)". Continuou "(...) as pessoas de etnia cigana, tem deveres e direitos como qualquer outra pessoa. Na altura foi dito que era necessário encontrar soluções tripartidas, de ver qual era a possibilidade de realojamento daquelas pessoas no futuro". ----------

-------- Salientou "(...) se não há dinheiro têm que se encontrar soluções junto dos organismos oficiais, (...) para resolver este problema". ----------

-------- **O membro Pedro Bilro** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) relativamente à questão das pessoas de etnia cigana, existe aqui uma pessoa com falta de memória e outra muito pouco esclarecida em relação a isto. Foi falado aqui em embrulhos, que a câmara não consegue uma

solução para aquele problema e isso não é assim, o embrulho já vem de muito antes". ---------- ------- Seguidamente explicou a situação "(...) em vinte e dois de junho de dois mil e nove, o município é notificado de uma sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja em que a Câmara Municipal, é condenada. O tribunal declarou nulos os atos praticados pelo município em violação do PDM, ou seja, infraestruturas de água canalizada, esgotos, eletricidade, abertura e enchimento de alicerces de pedra cimento e ferro, e a implementação das casas pré-fabricadas que foram efetuadas pelo município, deveriam ter sido todas desconstruídas. Obrigou a Câmara Municipal de Borba, em conformidade com a resolução do conselho de ministros nº7/2008 que aprovou o PDM de Borba, a dar ao terreno em causa o destino para equipamentos, ou seja, Ecopista, removendo do local tudo o que estiver em conflito com o destino legal. Em vinte e dois de julho de dois mil e nove, a contornar a sentença do tribunal é proposto em reunião de Câmara, propor à Assembleia Municipal a suspensão da norma do PDM, referente àquele terreno, onde iriam ser realojadas as pessoas de etnia cigana. Em vinte e quatro de julho de dois mil e nove, é apresentado recurso dessa sentença no TAF, o recurso é indeferido, ou seja, não há aqui efeito suspensivo da sentença anterior. A Câmara estava obrigada a executar a sentença, o que não fez. Em vinte e seis de agosto de dois mil e nove, em Assembleia Extraordinária é aprovada a suspensão de parte do PDM de Borba pelo período de dois anos. Em quatro de setembro de dois mil e dez, é assinado um acordo de parceira, entre o Centro Distrital de Évora da Segurança Social, a Câmara Municipal de Borba e a Santa Casa para atribuição das casas aos beneficiários. A partir de quinze de setembro e até outubro desse ano, são atribuídas as casas aos beneficiários mediante assinatura de uma declaração de compromisso, aquilo na realidade equivale a um contrato de comodato. Em catorze de setembro de dois mil e onze, é proposto em reunião de Câmara, propor á Assembleia Municipal, a prorrogação da suspensão da norma do PDM. Em trinta de setembro de dois mil e onze, essa proposta da Câmara é aprovada em Assembleia por mais um ano, ou seja, em dois mil e doze terminou o período de suspensão do PDM. Na altura, e, em que o Dr. Ângelo estava na presidência da Câmara nada fez, e mais, não cumpriu uma sentença do tribunal. Aprovou ou fez aprovar um ato administrativo posterior, para contornar a sentença do Tribunal." Seguidamente disse existir um parecer da CCDRA, que passou a ler «(...) em caso de suspensão do PDM, deve ser imediatamente encetado um plano de revisão do Plano Municipal do Ordenamento do Território para aquela área em causa» (...). Continuou "(...) o que também não foi feito". ---------- ------- Acrescentou "(...) o que está aqui em causa, e está a ser analisado, (...) é gravíssimo. (...) o senhor vereador Joaquim Serra, que na altura também fazia parte do executivo, chamou a atenção para a ilegalidade que se estava a cometer. O que se fez foi aprovar um ato administrativo, posterior a uma sentença do Tribunal, para aquela sentença não ser exequível, isto é uma ilegalidade muito grande, vamos ver as consequências que isto vai ter, quer em termos pessoais, quer para a Câmara". -------- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...), não sei precisar bem, se as datas são estas, mas há aqui uma coisa muito complicada que o senhor membro Pedro se esqueceu, é que efetivamente, está a ser

feito desde essa altura, e que estaria concluído dentro do prazo mais ou menos legal, a elaboração de um Plano de Pormenor, que resolvia essa situação toda. E desse Plano de Pormenor (Plano de Pormenor da Área de Equipamentos de Apoio à Ecopista), que todos os anos consta do Plano de Atividades, não entendo, estava praticamente pronto, como ainda não foi enviado para a CCDRA, é um Plano que está parado, logo é obvio que as coisas neste momento não estão dentro da legalidade, mas há sempre formas de resolver a situação.(...) Uma das formas de resolver a situação é, uma questão de natureza administrativa, dentro da boa fé (...), se calhar todos estamos de acordo, em que não vamos derrubar as casas e meter as pessoas a viver debaixo da ponte. Uma questão de natureza administrativa que poderá resolver temporariamente a questão do Ordenamento do território. (...). Uma outra questão tem que ver com a reconstrução, realojamento das casas (...)". ----------

-------- **O membro Pedro Bilro** disse "(...) esta ilegalidade monstruosa, vem desde dois mil e nove, passou-se por cima de uma sentença de um tribunal, fez-se um ato administrativo posterior a essa sentença, para limpar a questão, e mais grave senhor deputado, a Segurança Social, com quem reunimos depois de detetarmos esta situação, disse que não sabia de nada disto, e se fosse agora não tinha dado o dinheiro, vamos ver quais são as consequências que daí vêm". ----------Em continuação, dirigindo-se ao membro Ângelo de Sá disse "(...) o senhor andou a pedir as suspensões do PDM e nada fez (...)". ----------

-------- **O membro Luís Baltazar** desejou boa noite a todos os presentes e disse ao senhor presidente da Câmara que queria colocar-lhe umas questões: ----------

. Primeira – Qual é o ponto de situação das Medidas de Autoproteção da Escola. ----------

Segunda – Qual a solução encontrada e quando será resolvida a questão da Praça de Táxis. -------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Luís Baltazar que as medidas de autoproteção tinham sido entregues na ANPC, e que estava à espera da resposta dessa entidade. ----

-------- Relativamente à Praça de Táxis disse "(...) existem três soluções possíveis, uma em frente ao Posto da GNR, a outra em frente ao Millenium, e uma terceira em frente à Caixa Agrícola. ----------

------- Acrescentou "(...) O problema do trânsito em Borba é muito sério. (...) Logo que as instalações do Posto da GNR sejam mudadas, esse problema será resolvido". ----------

-------- **O membro Luís Baltazar** relativamente ás pessoas de etnia cigana, perguntou ao senhor presidente da Câmara "(...) o que vai ser feito àquele imóvel que esta lá a ser construído, se vai ser demolido ou não? (...)". ----------

------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...) o imóvel vai ser demolido (...). O meu problema é viverem vinte pessoas num espaço de vinte metros (...)". Acrescentou "(...) este assunto do realojamento das famílias de etnia cigana, necessita de soluções, e essas soluções têm de passar por todos nós. É um assunto que tem de ser encarado de caras por toda a gente, para puder ser resolvido (...)". ----------

-------- **O membro João Pedro Paulo** desejou boa noite a todos os presentes e dirigindo-se ao senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse "(...) vou insistir que nós temos de votar a Moção aqui apresentada (...)". Seguidamente justificando o exposto acrescentou "(...) nós estamos aqui a manifestar uma posição em relação a uma situação, estamos a repudiar outra situação, e estamos a exigir que sejam tomadas medidas, ou pelo menos a pedir (...)". ----------
Seguidamente, foi aprovada por maioria a Moção entregue pelos eleitos da CDU, com três votos contra e uma abstenção. ----------
-------- **O membro João Pedro Paulo** no que respeita ao problema do realojamento das pessoas de etnia cigana, referiu "(...) esta foi uma situação que nasceu torta, todos os avanços e recuos que esta situação teve estão escritos em ata, já foi aqui falado por membros do MuB, a situação que o vereador Joaquim Serra sempre defendeu. Neste momento passamos de uma situação torta, para uma situação dramática. Obviamente que temos de arranjar uma solução, da parte da bancada da CDU, estamos disponíveis para colaborar nessa resolução (...). ----------
-------- Relativamente às construções ilegais, perguntou ao senhor presidente da Câmara "(...) se as mesmas já tinham sido demolidas, ou o que estavam a pensar fazer (...)". ----------
------- Seguidamente, perguntou se a questão da alteração do estacionamento dos taxistas, estava relacionada com alguma questão de remodelação do trânsito. Posteriormente, colocou uma questão sobre a desbaratização, se a mesma já tinha sido feita? (...)". Segundo acrescentou "(...) de modo a atenuar o problema (...)". ----------
-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) no que respeita á demolição das construções ilegais, a mesma é para ser feita. (...) a minha preocupação é onde vão ser colocadas vinte crianças a viverem num espaço tão reduzido (...)". Afirmou "(...) não veio ninguém de fora. Os documentos do recenseamento foram assinados pela Segurança Social". ----------
-------- Relativamente à questão do estacionamento dos taxistas, referiu que o mesmo estava relacionado com a remodelação do trânsito. ----------
------- No que respeita à desbaratização, informou existir um contrato com uma empresa, para esse tipo de trabalho, estando o mesmo a ser desenvolvido. ----------
--------- **O membro Crispim Lopes** desejou boa noite a todos os presentes e colocou a seguinte questão "(...) qual é o ponto da situação, relativamente à estrada municipal que faz a ligação da estrada nacional quatro à aldeia da Nora (...)". ----------
--------**O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Crispim Lopes que o assunto estava a resolvido e provavelmente, em meados de agosto a estrada estaria toda marcada. ----------
-------- **O membro Augusto Guégués** apresentou e leu a Tomada de Posição (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº5**) e seguidamente se transcreve: ----------
- "Tomada de Posição" ----------

- Numa sociedade democrática, progressista e cosmopolita, a escola pública é o grande elevador social. Este Governo tem-se preocupado desde que assumiu funções, a reabilitar serviços públicos pilares do nosso Estado Social cuja viabilidade foi posta em causa pela desastrada governação da direita. --------

- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba registam com grande satisfação a coragem do Governo e do Ministério da Educação em não ceder a lóbi entronizados na sociedade portuguesa que adorariam continuar a viver às custas do Estado. ----------

- Não temos nada contra a constituição e funcionamento de estabelecimentos privados no setor da Educação, agora que paguem por isso – utilizador, pagador. Simples. O que não aceitamos é que sejam, como foram nos últimos quatro anos, desviadas verbas que deveriam ser investidas na escola pública para financiar colégios privados. ----------

A escola pública voltou ao centro das prioridades das nossas políticas. É a cortar o financiamento o privado que se consegue a gratuidade dos manuais escolares para todo o 1º ciclo. No próximo ano letivo, alunos ricos e pobres, do litoral e do interior terão direito aos seus livros sem pagar nenhum tostão. ----------

- Na verdade, a esmagadora maioria do povo português sabe que a garantia de universalidade, de inclusão e de igualdade de oportunidades só pode ser garantida pelo Estado através de um ensino público, laico, gratuito e ao serviço de todas as crianças. ----------

- A manifestação voluntária de quase oitenta mil pessoas no passado dia dezoito em defesa da escola pública demonstra, desde si, que estamos no caminho certo. ----------

- Os eleitos do PS". ----------

-------- **O membro Ângelo de Sá** respondeu ao senhor presidente da Assembleia Municipal, "(...) os eleitos do PS fizeram uma carta, porque entenderam que o deviam fazer naquela altura (...), o que vier a seguir, vem a seguir (...)". ----------

--------De seguida apresentou e leu uma tomada de posição (que se arquiva empasta anexa como **documento nº6**) e seguidamente se transcreve. ----------

-"Tomada de Posição ----------

- Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba congratulam-se pela entrada em vigor do diploma legal que estabelece as trinta e cinco horas como o período normal dos trabalhadores em funções públicas, alterando assim, pela segunda vez, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em dois mil e catorze. ----------

- Esta medida resulta do compromisso expresso entre o PS, o PCP, o Bloco de Esquerda e o PEV e com escrupuloso respeito pela atividade sindical, visa devolver a normalidade às instituições, aos seus trabalhadores e, como tal serão afetados de forma positiva os trabalhadores do Município e Juntas de Freguesia do nosso concelho. ----------

- Foi um compromisso do PS e dos restantes partidos que suportam o vigésimo primeiro Governo Constitucional com os portugueses e, tal como outros, foi devidamente respeitado. ----------

- Após quatro anos de cortes, roubo de salários e direitos laborais, em suma de um período prolongado de desvalorização de dignidade do trabalho, os funcionários das administrações pública vêm repostos os seus direitos, ilegal e deliberadamente violados pela direita. ----------
- Pretende-se, aos poucos, provar que é possível viver melhor em Portugal. ----------
- Continuaremos a cumprir. ----------
- Os eleitos do PS. ----------

--------**O membro Júlio Prates** referindo-se ao assunto das pessoas de etnia cigana disse:"(...) acho triste e lamentável a forma como por vezes se fala das pessoas, somos uma sociedade multicultural, os ciganos vivem em Portugal desde o século quinze, são portugueses, têm vivido através dos séculos num estado de extrema pobreza, claro que há choques sociais, há muitos preconceitos que foram criados, mas ninguém têm o direito enquanto humano de falar de outros humanos, da forma como já ouvi aqui dentro, eu não me revejo nesse tipo de declarações!" ----------

--------**O membro Luís Baltazar** apresentou e leu uma tomada de posição (que se anexa em pasta anexa como o **documento nº7**) e seguidamente se transcreve. ----------

- "Tomada de Posição ----------
- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba vêm por este meio congratular-se com a decisão do atual governo mais concretamente do Ministério da Saúde que através de comunicado do dia dezasseis de junho emitido pelo gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Saúde veio clarificar o seguinte: ----------

- Os indicadores de qualidade do Alentejo mostraram claramente a utilidade da diferenciação do Hospital de Évora na área da neonatologia. ----------
- O Alentejo apresenta excelentes indicadores, sobretudo na baixa mortalidade infantil e neonatal. ----------
- Esta Unidade tem instalações adequadas, equipamentos, recursos humanos especializados e bons indicadores assistenciais. ----------
- Considera-se determinante, também, o fator geográfico, com cobertura de uma vasta área territorial, muito relevante para conseguir assegurar a coesão territorial. ----------
- Pretende-se manter a equidade do acesso das populações aos cuidados de saúde, pugnando pela proximidade e integração das políticas, assim como pela qualidade dos resultados. -------

-------- Os cuidados neonatais chegaram a Évora pela mão do então primeiro-ministro António Guterres, em dois mil e um e, o Ministério da Saúde pretende de forma tranquila aguardar pelo fim do período de discussão pública do documento técnico para avaliar e integrar as propostas que sejam pertinentes, na defesa do interesse público, manifestando desde já uma clara intenção politica de não retirar a Cirurgia Pediátrica, nem a Neonatologia do Hospital de Évora. ----------

- Como assegurou o Deputado Norberto Patinho eleito pelo PS, no que depender do PS nenhuma

valência será retirada do Hospital de Évora, nem dos alentejanos. ----------
- Porém não podíamos deixar de manifestar a nossa incredulidade pela forma algo mesquinha com o que deputado eleito pelo PSD no nosso distrito tentou explorar o assunto. A notícia do encerramento dos serviços emana de um estudo requerido pelo então Secretário de Estado do governo PSD/CDS, e só aí, é que surge essa manifestação de encerrar os serviços neonatais. De facto, a direita não tem emenda possível. Nos quatro anos que assumiram o governo, o Alentejo foi deixado como se das traseiras do litoral se tratasse. Foi por decisão de Passos Coelho e Paulo Portas que a construção do Hospital central de Évora parou. Foi por decisão de Passos Coelho e Paulo Portas que os serviços públicos do Alentejo sofreram reduções e cortes porventura irreparáveis. ----------
- O PS não aceita lições de moral de ninguém no que respeita à defesa e desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde. A história do nosso partido coaduna-se por uma fidelidade inequívoca em termos de projeto político para com o SNS. ----------
- No Alentejo o SNS continuará a ser um baluarte da igualdade no combatente à dor e ao sofrimento. Um mecanismo de resposta onde todos, independentemente da origem e da posição social terão acesso sem qualquer tipo de constrangimentos. ----------
- Os eleitos do PS" ----------

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia----------

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse que todas as atividades desenvolvidas referentes aos seus pelouros estavam espelhadas nos documentos entregues a todos os membros, no entanto encontrava-se disponível para algum esclarecimento, que entendessem ser necessário. ----------
-------- Seguidamente fez referência ao evento, "As Comemorações dos trezentos e cinquenta e um anos da Batalha de Montes Claros", e disse que embora não estivesse mencionado no relatório de atividades do Município, uma vez que tinha sido posterior à data mencionada no mesmo, tinha sido um evento importante para o Município de Borba.----------
--------Salientou a ida de cerca de cinquenta crianças do Município de Borba a Mafra, no dia sete de junho, dia da Escola das Armas, para assistir à Cerimónia Militar, naquela cidade.----------
-------- Continuou "(...) Com este tipo de iniciativas tentamos elevar e dar a conhecer Borba a outras pessoas (...)". ----------
-------- No que respeita à situação financeira, disse "(...) o limite de endividamento baixou (...), conseguimos adquirir novas viaturas, em suma, a situação está mais equilibrada (...)". ----------
-------- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e salientou algumas das atividades espelhadas no Relatório das Atividades, respeitantes aos seus pelouros. ----------

- Obras Municipais por (Administração direta) ----------
- Freguesias de Borba ----------
- Infraestruturas----------
Pavimentação com betuminoso na Avenida da Estação, e em travessia na Rua Marquês de Marialva; Colocação de colunas de iluminação em caminho de acesso ás novas instalações da Adega e em caminho de acesso ao Monte da Rocha.----------
- Freguesia de Rio de Moinhos----------
- Edifícios ----------
- Escavação para implantação de sanitários junto do Polidesportivo de Rio de Moinhos ; ----------
-Infraestruturas ----------
Substituição de caixa de "quebra/cargas" por válvula redutora de pressão em conduta pública no Barro Branco. ----------
- Freguesia da Orada ----------
- Infraestruturas ----------
- Colocação de camada de desgaste na totalidade da faixa de rodagem de troço do CM 1024 entre Aldeia de Sande e saída para Orada; ----------
Diversos ----------
Execução de canalização no cemitério de Orada; ----------
-------- Relativamente ás restantes atividades, disse "(...) encontro-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional que entendam ser necessário". ----------
-------- **O vereador Joaquim Serra** disse que todas as atividades por ele desenvolvidas, referentes aos seus pelouros, tinham sido distribuídas por todos os membros. No entanto, estava disponível para qualquer esclarecimento adicional, que entendessem ser necessário. ----------
-------- **O chefe de Divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), o Relatório Financeiro respeita aos primeiros cinco meses de execução do orçamento. Receitas correntes com a execução de 40%. Receitas de Capital com a execução de 80%. Receitas totais com a execução de 46%".----------
-------- No que respeita a despesa, informou "(...) despesa corrente com uma execução de 46%. Despesa de Capital 33%. Despesas totais com uma execução de 44%. ----------
- Dívidas a terceiros de curto prazo, cerca de duzentos e quarenta mil euros (240.000,00€), uma redução de noventa mil euros (90.000,00€) face ao final do ano anterior. Dívidas de médio e longo prazo, cerca de duzentos e oitenta mil euros (280.000,00€), sem nenhuma alteração, face ao final do ano anterior. Está aqui englobada a dívida que está acordada com a ADSE, de médio e longo prazo, e a divida ao Fundo de Apoio Municipal, que está legislada para ser paga, para ser contribuída até dois mil e vinte e um. ----------
- Empréstimos de curto prazo, não há alterações. Nos empréstimos de médio e longo prazo, anda na

ordem dos sete milhões e setecentos mil euros (7.700.000,00€), com uma redução de duzentos e setenta mil euros, face ao final do ano. ----------

- Dívida total para o limite de nove vírgula cinco milhões de euros, registam-se cerca de cinco milhões e seiscentos e setenta mil euros (5.670.000,00€), o que quer dizer que existe uma margem total de três milhões e oitocentos mil euros (3.800.000,00€). A divida total orçamental que aqui está calculada, está calculada conforme a legislação, ou seja está a excecionar dois empréstimos de médio e longo prazo de dois vírgula três milhões de euros e a dívida ao FAM de duzentos e sessenta mil euros (260.000,00 €). Sem este excecionamento a dívida andaria na ordem dos oito vírgula quatro milhões de euros, e mesmo assim abaixo do limite, com um milhão e cem mil euros (1.100.000.00€) de margem total, que não é a margem absoluta. ----------

- Equilíbrio Orçamental, a nossa grande dificuldade, no final do mês de maio, andamos com um desequilíbrio orçamental de quatrocentos mil euros (400.000,00€). ----------

- O prazo médio de pagamento não está calculado no final de maio, mas posso dizer-vos que no final do ano registava trinta e três dias, e no final do primeiro trimestre, que é quando existem cálculos efetivos por parte da DGAL, andará nos dezanove dias". ----------

--------**O membro Ângelo de Sá** disse existir uma obra que não estava mencionada no relatório de atividades, "(...) o parque infantil do Parque Temático (...)". ----------

-------- **O vereador Joaquim Espanhol** respondeu que aquela obra tinha sido iniciada em data posterior à referente no Relatório de Atividades. ----------

-------- **O membro Ângelo de Sá** respondeu "(...) começou depois do dia oito de junho, então retiro o que disse". ----------

------- Acrescentou "(...) no entanto deixo um reparo, já que se está a fazer uma intervenção numa obra que foi feita há dez ou doze anos (...), não sei se foi acautelado ou não, não conheço o projeto, (...) que era a adaptação, de um ou mais equipamentos, a deficientes (...)". ----------

-------- **O membro Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) os relatórios devem ser detalhados para que se saiba com rigor as atividades do Município (...)". ----------

Seguidamente perguntou ao senhor presidente da Câmara, qual era o ponto de situação relativamente à ETAR de Santiago Rio de Moinhos, e qual era o montante mensal, em média, pago pelo Município de Borba às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Rui Franco, no que respeita á ETAR "(...) brevemente serão lançados os concursos para as estações elevatórias (...), se tudo correr bem em dois mil e dezassete teremos a ETAR pronta (...)".----------

------Em relação ao sistema de águas referiu existir uma poupança de cerca de quinze mil euros mensais, na faturação feita pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em relação ao sistema anterior. ----

-------- Afirmou "(...) foram opções e atitudes que se tomaram, a pensar no melhor para Borba". ---------

------ Seguidamente disse "(...) brevemente irá a reunião de Câmara o regulamento da ERSAR, onde

serão definidas todas as situações relativas às águas e resíduos, e determinadas tarifas especiais, para famílias numerosas, bem como para pessoas que tenham dificuldades económicas (...). Acrescentou "(...) porque neste momento temos essa liberdade de ação (...)". ----------

-------- **O membro Maria Gabriela Coelho** desejou boa noite a todos os presentes, de seguida reconheceu o trabalho técnico dos serviços administrativos e financeiros do município, na pessoa do Chefe de divisão, o senhor Dr. António Passinhas, na elaboração dos documentos técnicos presentes naquele dia na Assembleia Municipal. ----------

------- Esclareceu "(...) no entanto estes documentos têm princípios diferentes e não têm qualquer preocupação política (...) mas eu aqui deste lado, tenho essas preocupações políticas e de facto, o que for escrito aqui vai ficar para o futuro. Quando analisei os documentos fiquei com uma dúvida, que me foi agora esclarecida na apresentação que tem que ver com os empréstimos obtidos de médio e longo prazo, excecionados para apuramento da dívida total, artigo cento e noventa e dois do Orçamento de Estado de dois mil e dezasseis. (...) de facto o Orçamento de Estado deste ano, possibilitou a inclusão da exceção de empréstimos bancários contraídos em anos anteriores, (...) espelhando isso na dívida total do Município. ----------

--------Continuou "(...) na página sete é evidente uma diminuição da dívida a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, e a dívida total a trinta e um de maio de dois mil e dezasseis (...)". Continuou "(...) O último parágrafo desta folha, diz que «nos primeiros cinco meses de dois mil e dezasseis, face à dívida total registada em dois mil e quinze, foram reduzidos 2,6 milhões de euros, devido também a alterações legislativas». Realçou "(...) penso que não está explícito, a redução da dívida. Afinal o que se reduziu em dívida entre o final de dois mil e quinze e trinta e um de maio de dois mil e dezasseis, foi quatrocentos e vinte e cinco mil euros (425.000,00€), e não 2,6 milhões de euros, como parecia ser, na forma como estava explicada a situação (...). Reconheço o esforço que se tem feito para diminuir a dívida, nos últimos tempos, e prova disso são os documentos apresentados, mas também não podemos dizer aquilo que não corresponde aos factos". ----------

--------**O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) tudo o que aqui está é muito claro. Este executivo tem feito um grande esforço, juntamente com os técnicos desta Câmara, para que a diminuição da dívida fosse possível, (...)". ----------

-------- **O chefe de Divisão António Passinhas** respondeu ao membro Maria Gabriela Coelho "(...) não concordo com o que o membro Gabriela disse, porque desde que estou na financeira, todos os documentos que nós elaboramos contabilísticos, financeiros, administrativos, (...) desde que lá estou, nunca nenhum politico quis que ele parecesse mais ou menos bonito (...). Os nossos documentos, quando são elaborados, procuramos que quem faz a nossa certificação de contas tenha uma palavra a dizer. Esteve a decorrer no Município uma inspeção da Inspeção Geral de finanças, e nós aproveitamos para falar com eles a propósito deste assunto, da dívida total (...), na altura existiam dúvidas acerca da interpretação legislativa da Lei do Orçamento de Estado, se os empréstimos que

tinham sido contraídos em anos anteriores deveriam ou não ser excecionados". Continuou "(...), mais uma vez foi colocado na Lei do Orçamento de Estado, uma alteração legislativa à Lei das Finanças Locais, o que cria a ilusão, que o membro Gabriela acabou de referir, em que o valor da dívida é uma, e na verdade depois ela é outra (...). Nós elaborámos um quadro que procurasse ter quatro totais diferentes, para a dívida total. Onde um deles diz "***Dívida total (sem expurgar exceções legislativas e operações não orçamentais e sem incluir a imputação de dívidas pelas participadas)"***, que tem oito milhões e trezentos mil euros (8.300.000,00€), e a seguir vamos retirando pouco a pouco. Os empréstimos estão lá bem evidenciados, precisamente porque o nosso objetivo na financeira e na contabilidade é só um, (...), é que quer os membros da Câmara, quer da Assembleia, quer os munícipes e quer quem nos vai avaliar, percebam que não é o conceito da dívida que é importante para nós, o importante para nós é que percebam, quanto é que nós temos de dívida em mão". ----------

-------- Realçou " (...) eu não entendo que se esteja aqui, a dar a entender que se reduziu mais (...), não foi essa a intenção". ----------

-------- **O membro Gabriela Coelho** respondeu "(...), se calhar não fui bem interpretada. Eu não duvidei dos dados que aqui estavam, aliás eu não tenho outros para puder comparar, e tenho confiança nos colegas (...),eu referi-me a um parágrafo em concreto. Eu não disse que tinham manipulado os valores da dívida, até porque comecei por dizer que estes documentos técnicos não tinham qualquer preocupação política, mas eu hoje aqui, tenho essa preocupação política, e foi essa que eu quis de alguma forma expressar". ----------

-------- Seguidamente, explicou que o que estava ilustrado em gráfico era real, mas que a mesma resulta de alterações legislativas, para além de resultar em diminuição da dívida efetiva, mas só no valor de quatrocentos e vinte e cinco mil euros (425.000,00€), e não 2,6 milhões de euros. ----------

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº2 da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2016. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (eleitos do MUB, PS e PSD).** ----------

- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros Manuel Luís Salvador Pires(MuB); Luís Miguel Generoso Baltazar (PS); Ângelo João Guarda Verdades de Sá (PS); Maria Gabriela Ramos Ferreira (PSD); João Pedro Velez Paulo (CDU); Pedro Miguel Lopes Grego (CDU) e João Pedro Martins Leitão (PS). ----------

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº3 da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2016. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. Após efetuadas umas pequenas correções, o documento foi colocado à votação tendo o mesmo **sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MuB, CDU, PS e PSD).** ----------
- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros Manuel Luís Salvador Pires(MuB); Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho (PSD); ----------

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita. ----

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse estar aquele ponto relacionado com o saldo de gerência, e que como o Município de Borba integra o programa I do PAEL, cada vez que pretende fazer uma Revisão Orçamental, antes de apresentar a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, tem de pedir autorização à tutela (DGAL).----------

-------- No seguimento disse todo esse processo foi feito, e a DGAL no seu parecer enviou umas recomendações ao Município, as quais estão espelhadas nos documentos enviados a todos os membros, e acrescentou"(...) o Município vai cumprir! Como bom aluno que é (...)". ----------

-------**O membro Maria Gabriela Coelho** referiu estar a sua intervenção, relativamente àquele ponto da Revisão Orçamental, relacionada com o parecer da DGAL, e disse "(...) O que a DGAL nos diz é (...) tenham lá atenção, Município de Borba, mas vocês não estão a cumprir o Equilíbrio Orçamental". Continuou "(...) senhor presidente, o não estarem a cumprir o Equilíbrio Orçamental não é só uma questão técnica, é também uma questão política, porque, quando se faz a opção de utilizar as receitas a mais (nesta revisão orçamental) em despesas correntes, é uma opção política. Isso significa que todas as receitas que são cobradas a mais e neste ano, segundo o parecer da DGAL, já vai em duzentos e quarenta e dois mil euros (242.000,00€), serviram e vão servir (esta que vai ser votada de seguida), para aumentar a despesa corrente. Há aqui uma opção política que poderia ser, utilizar o valor destas revisões orçamentais (...), em despesa de capital, e isso resolveria de alguma parte, a questão do equilíbrio, e doutra forma dava-me outra segurança a mim, porque me significava que todos os excedentes estavam a ser aplicados em investimento futuro (...)". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Maria Gabriela Coelho, "(...) eu preciso de dinheiro tanto no imediato como de futuro, mas neste momento o imediato é mais importante para mim, só que o imediato é mais controlado que o investimento de Capital". Afirmou "(...) isto é claramente uma opção política". ----------

-------**O chefe de divisão António Passinhas** disse considerar importante explicar a proposta apresentada e a resposta enviada pela DGAL sobre a mesma. "(...) quando nós apresentámos a proposta da revisão Orçamental à Câmara, nós calculámos o Equilíbrio Orçamental com base nos documentos previsionais. A DGAL quando fez a análise, e muito bem, fez a análise com todas as alterações orçamentais, que já tinham sido feitas. (...) A DGAL após apreciação e análise da proposta,

diz claramente ao Município que não há cumprimento do Equilíbrio Orçamental. (...). No ofício enviado ao Município, a DGAL diz: - *Estão à incumprir com o Equilíbrio e como tal devem fazer nova proposta (neste caso à Câmara), voltar novamente à DGAL para reapreciação, e só depois ser enviada à Assembleia Municipal.* Mas depois deu uma outra alternativa *"(...) no caso de existirem constrangimentos que não permitam em tempo útil fazer esta alteração, então que o aprovem na Assembleia Municipal, podendo com alterações orçamentais, dar cumprimento ao Equilíbrio".* ----------

-------- Informou ter sido a resposta dada à DGAL, a segunda opção, e disse," (...) se a Assembleia entender, aprova, mas logo após a aprovação da revisão orçamental, os serviços têm de fazer uma alteração orçamental em que vão passar despesa corrente para despesa de capital, para garantir que o Equilíbrio, tem que estar cumprido no dia útil seguinte à aprovação da Revisão Orçamental". ----------

------- Afirmou "(...) se esta revisão orçamental for aprovada, na próxima segunda feira temos de fazer alterações orçamentais que garantam o cumprimento do Equilíbrio Financeiro (...)". ----------

--------**O membro Maria Gabriela Coelho** realçou o facto dos técnicos da Câmara terem feito uma chamada de atenção, relativamente ao Equilíbrio Orçamental, que passou a ler "(...) assim é da maior importância atender à necessidade imediata de assumir menos despesa corrente, sob pena de não ser possível dar cumprimento à regra imposta pela legislação (...)". Acrescentou "(...) esta revisão orçamental integra o saldo de gerência anterior, este saldo de gerência anterior está previsto na lei e é integrado no Orçamento Municipal, como incremento/aumento da receita, mas de facto estes noventa e dois mil euros que vamos votar aqui hoje, não são traduzíveis em oitenta mil euros físicos (...), é um movimento contabilístico, tal como falávamos á pouco da diminuição da dívida, resultante do excecionamento dos empréstimos. De facto, aumentamos despesa, não reduzimos só dívida, e estamos a aumentar a despesa má, que é a despesa corrente (...), eu percebo a posição do senhor presidente da Câmara, (...) mas a despesa de capital, o investimento, seja em infraestruturas, seja em construção, seja através de financiamento próprio de fundos comunitários, ou outros (...), tem uma rentabilidade, e traz, um benefício para o Município que poder ser replicado, ao passo que o mesmo não acontece com esta despesa corrente". ----------

-------- **O membro Paulo Ferreira** disse pensar que lhe faltava um documento e de seguida, colocou uma questão "(...) então, nós vamos aqui aprovar, hoje, uma alteração que segunda feira tem de ser alterada outra vez? Então, se não a aprovarmos, acontece o quê?". ----------

--------**O presidente da Câmara Municipal** disse ter sido aquela a opção tomada pelo Executivo Municipal, e que segundo a recomendação da DGAL, aquela revisão poderia ser aprovada, e posteriormente, no primeiro dia útil a seguir á aprovação da Revisão, efetuada a alteração orçamental (pelos serviços), para que o Equilíbrio Orçamental fosse cumprido. ----------

--------**O chefe de divisão António Passinhas** respondeu ao membro Paulo Ferreira que não faltava nenhum documento, que existia mais um documento que não tinha de acompanhar a outra documentação, no qual o Município de Borba se comprometia perante a DGAL em cumprir com a

segunda hipótese que lhe tinha sido recomendada. ----------

-------- Adiantou "(...) caso não seja hoje aprovada a Revisão Orçamental, não será feita nenhuma alteração orçamental". Disse fazer sentido efetuar a aprovação da Revisão Orçamental, por tal aprovação ser da competência da Assembleia Municipal, e permitir ter um orçamento maior na despesa e maior na receita. ----------

Relativamente, à alteração orçamental disse ser tal competência do Presidente da Câmara e permitir trocar a receita corrente por capital ou o inverso, ou despesa corrente por capital, ou o inverso.----------

------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com onze votos a favor (10 votos dos eleitos do MUB e 1voto dos eleitos da CDU) e sete abstenções (5 votos dos eleitos do PS e 2 votos dos eleitos do PSD).** ----------

-------- No momento da votação estava ausente da sala, **o membro João Pedro Paulo (CDU).** --------

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança. ----------

------- **O presidente da Câmara Municipal** informou ter o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança sido adaptado á Lei nº 106/2015 de 25 de Agosto, ter o referido Conselho Municipal reunido, e emitido um parecer favorável sobre o mesmo. Seguidamente, adiantou "(...) caso haja necessidade o Regulamento poderá ser alterado (...)." ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições para intervir, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 17 votos a favor (10 votos dos eleitos MuB, 1 votos do eleito da CDU, 4 votos dos eleitos do PS e 2 votos dos eleitos do PSD).** ----------

-------- No momento da votação estavam ausentes da sala dois membros: **o membro Augusto Guégués (PS) e o membro João Pedro Paulo (CDU).** ----------

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 1º Trimestre de 2016 – Informação à Assembleia Municipal. ----------

--------**O chefe de divisão António Passinhas** disse "(...) comparámos o que foi previsto no Plano de Ajustamento Financeiro no final deste ano, com aquilo que estamos a executar até final do primeiro trimestre. O ponto dois deste Relatório (Síntese da Situação Financeira atual e previsões de Evolução), a variação estaria de acordo com o normal, se todos os desvios na variação fossem 75% negativos, ou seja, se tivéssemos 25% de execução. As diferenças mais significativas são, o saldo global e o saldo primário, que confronta a receita e a despesa, mas que excetua deste cálculo, os ativos e os passivos. Aqui existem desvios mais significativos, no entanto é importante recordar, que este ano o Município

arrecadou cerca de seiscentos mil euros (600.000,00€) em ativos financeiros, se os mesmos entrassem em linha de conta, isto estaria dentro daquilo que é natural. O prazo médio de pagamento é inferior, àquilo que era expetável. ----------

-Medidas do PAF, comparámos sempre o aumento de receita, e a diminuição da despesa, que temos até ao primeiro trimestre do ano dois mil e dezasseis, face ao ano de dois mil e onze. ----------

- O PAF para o ano de dois mil e dezasseis previa um aumento na receita do IMI (face à registada no ano de dois mil e onze) na ordem dos setenta mil euros (70.000,00€), e á data estamos a trezentos e cinquenta e seis mil euros (356.000,00€) desse objetivo. ----------

- O PAF para dois mil e dezasseis previa um aumento na receita de derrama (face á registada no ano de dois mil e onze) na ordem de dois e quinhentos euros (2.500,00€), e á data estamos a trinta mil euros (30.000,00€) desse objetivo. ----------

- O PAF para dois mil e dezasseis previa um aumento na receita com a venda de património (face á registada no ano de dois mil e onze) na ordem dos trinta mil e quinhentos euros (30.000,00€), e á data estamos a de cerca de treze mil euros (13.000,00€) desse objetivo. ----------

-Nos rendimentos de propriedade foi estimado no PAF, cerca de vinte e dois mil euros (22.000,00€) e estamos a trezentos e vinte cinco mil euros (325.000,00€), desse objetivo. ----------

- Despesas com Pessoal - está estimado no PAF uma redução de cerca de cento e setenta e cinco mil euros (175.000,00), face a dois mil e onze, e a redução neste momento é de dois milhões e seiscentos e oitenta e três mil euros (2.683.000,00€), porque só está em linha o pagamento quatro meses de despesa. ----------

Subsídios – foi estimado no PAF uma redução na despesa na ordem dos trezentos e oitenta euros (380,00€), e no final do primeiro trimestre há uma redução de quinze mil euros (15.000,00€). ----------

- As receitas correntes têm um desvio dentro daquilo que era previsto. As receitas de capital com um desvio bastante inferior, porque houve mais receitas de capital, relacionadas com a venda das participações na sociedade concessionária Águas de Lisboa e Vale do Tejo. ----------

Despesas correntes estão dentro daquilo que estava em linha de conta, dentro dos 69%, 70%. --------

Despesas de capital, o desvio é maior, mas justifica-se com o pagamento dos empréstimos bancários (...). ----------

- Evolução do serviço da dívida no PAF, estimava-se que no final do ano, a dívida a terceiros de curto prazo, na ordem dos setecentos mil euros (700.000,00€), e atualmente existem quinhentos e cinquenta mil euros (550.000,00€), e de médio e longo prazo de cerca de oito milhões de euros (8.000.000,00€). A diferença entre o PAF e a execução atual é de vinte mil euros (20.000,00€). ----------

- Na calendarização da redução anual do endividamento o PAF estimava que o endividamento líquido no final do ano fosse cerca de quatro milhões, oitocentos e vinte mil euros (4.820.000,00€), e neste momento é de três milhões e setecentos e quarenta mil euros (3.740.000,00€), um milhão (1.000.000,00€) mais ou menos a menos. ----------

------- Esperava-se no final do ano uma margem negativa de trezentos e quarenta mil euros (340.000,00€) e existe uma margem de dois milhões de euros (2.000.000,00€) (...)". ----------

--------**O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as três minutas dos pontos da ordem de trabalhos. ----------

---- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. ----------

---- No momento da votação das minutas estava ausente da sala, o membro **João Pedro Paulo.** -------

---- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas, zero horas e trinta e cinco vinte do dia vinte cinco de junho, da qual se lavrou a presente ata composta por vinte e sete páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal

Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário

Leonel António Valentim Infante

O Segundo Secretário

Célia Maria Matos Alpalhão